

# Um agosto negro na economia

**ARNOLFO CARVALHO**

Da Editoria de Economia

A segunda metade de julho — quando o vice-presidente Aureliano Chaves estará substituindo o Presidente Figueiredo — é decisiva para reduzir o impacto do “agosto negro” que empresários e economistas estão prevendo para a economia brasileira, caso o País não chegue rapidamente a um novo acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), para abrir caminho a uma renegociação mais ampla da dívida externa com os banqueiros estrangeiros.

No plano interno o Governo enfrentará crescentes pressões sociais e políticas para adotar, no combate à inflação, um programa que não seja tão recessivo como a receita dos credores externos através do FMI: as grandes greves poderão ceder lugar a pressões generalizadas, que se juntarão às reclamações dos empresários contra a persistência das altas taxas de juros bancários apesar de todos os pacotes de medidas adotadas em junho.

## ROTEIRO DE DELFIM

Pelo roteiro deixado pronto pelo Presidente, não restará muita liberdade de ação para Aureliano Chaves: o ministro Delfim Netto deu uma demonstração na prática de que não cederá espaço a nenhum outro “superministro da dívida”, ao viajar em segredo para Londres na quinta-feira com o objetivo de manter contatos com a comunidade financeira e talvez com o próprio gerente do FMI, Jacques de Larosiere, que na sexta-feira já conversou com o embaixador brasileiro em Genebra.

Enquanto isso o ministro Ernane Galvão e o presidente do Banco Central, Carlos Langoni, devem dar continuidade às negociações com a missão do FMI liderada pelo diretor do Departamento do Hemisfério Ocidental, Eduardo Wiesner. Mas a redação da nova “carta de intenções” — documento onde estão as metas que o Brasil promete cumprir dentro do acordo, em troca de assistência financeira por três anos — deverá ficar para depois do dia 14, quando assume Aureliano.

A principal dificuldade para chegar à conclusão desta segunda fase de negociação com o FMI — da qual está dependendo a liberação da parcela de US\$ 411 milhões, bloqueada desde maio por causa do não cumprimento das metas do acordo no primeiro trimestre — é a exigência de se acertar antes um novo pacote de empréstimos externos junto aos bancos privados internacionais: os economistas dos bancos já estiveram aqui e foram informados que o Brasil precisará de mais US\$ 3,5 bilhões este ano.

Com a divulgação de um rela-

tório interno do FMI sobre as negociações com o Brasil, com fortes críticas à política econômica adotada até agora, tornou-se claro que a missão quer ter a certeza de que o País contará com um novo pacote de empréstimos dos banqueiros e com a possibilidade de renegociar a dívida externa já vencida e não paga — US\$ 1,5 bilhão até o dia 15, quando vence mais um prazo concedido pelo Banco de Compensações Internacionais (BIS), da Suíça — antes de finalizar a revisão das metas do acordo.

## DÍVIDA EXTERNA

Até agora as negociações apresentaram progressos, inclusive com a aparente aceitação, por parte dos técnicos da missão, da revisão de métodos e conceitos utilizados na aferição do desempenho econômico do País sob as rígidas condições do programa de ajuste. Os números relativos às metas de inflação, déficit do setor público e expansão monetária continuarão em discussão com o FMI ao longo da semana, enquanto se aguarda também uma posição do presidente do Comitê de Assessoramento, William Rhodes, sobre o pedido de novos empréstimos para o Brasil.

Este comitê foi formado há poucas semanas, em Nova Iorque, para substituir o esquema anterior de renegociação da dívida externa através dos quatro projetos imaginados pelos ministros da área econômica e pelo presidente do Banco Central. Apenas dois destes projetos pareciam ter dado certo — o primeiro, relativo a o empréstimo-jumbo de US\$ 4,4 bilhões assinado em fevereiro, mas cujas próximas parcelas estão bloqueadas até agora porque o contrato as vinculava à liberação das parcelas do FMI; e o segundo, através do qual o País transformou US\$ 4 bilhões de amortizações vencíveis este ano em novos empréstimos de longo prazo.

Os outros dois projetos — restabelecimento de US\$ 8,8 bilhões de linhas de crédito para importações e exportações, e reabertura de US\$ 8,5 bilhões em crédito interbancário nas agências de bancos brasileiros no exterior — apresentaram problemas desde o início, e agora até o relatório do FMI dá a entender que não terão sucesso. No exterior acredita-se que os Projetos 3 e 4 fracassaram e já estão substituídos, na prática, pelo novo pedido de crédito formulado através do Comitê de Assessoramento — um grupo de 14 grandes bancos que passou a gerenciar o dia-a-dia da renegociação da dívida externa brasileira, calculada hoje acima de US\$ 92 bilhões.

O grande trunfo com que conta o Brasil — embora dificilmente seja acionado pelo Governo Aureliano — ainda é a

ameaça sobre o sistema financeiro mundial: se o Brasil entrar em inadimplência (default), dezenas e dezenas de bancos quebrarão, arrastando atrás grandes multinacionais e causando estragos sem precedentes na história financeira do Ocidente. Por isso mesmo está ocorrendo a atual onda de boatos sobre uma iminente moratória brasileira, que servem antes de tudo aos especuladores que jogam com a alta do ouro.

## AMEAÇA INTERNA

No plano interno o governo Aureliano enfrentará problemas econômicos que são decorrência do estrangulamento das contas externas: recessão, desemprego, achatamento dos salários, altas taxas de juros, restrição creditícia, corte nos investimentos, aumento dos impostos e desorganização das finanças públicas, inclusive dos Estados e Municípios etc. Dentro deste quadro, as manifestações públicas e greves representam a expressão da crise social e econômica, com ameaça à estabilidade política do regime brasileiro em fase de transição para a plena democracia.

Paradoxalmente, as greves em São Paulo ajudaram o Governo na tentativa de arrancar do FMI condições menos rigorosas no programa de ajuste econômico: o próprio ministro da Fazenda, Ernane Galvão, já deixou claro a missão que o País vive hoje em democracia, sofrendo portanto as consequências sob a forma de greves e paralisações, passeatas e pressões políticas de toda ordem — e que isto tudo deve ser levado em consideração quando se exige novos arrochos nos salários.

Com a entrada em cena do vice-Presidente da República ficará ainda mais difícil para o FMI conseguir que o Governo altere a política salarial para substituir os reajustes semestrais automáticos pelo processo de negociação coletiva, como pretende aquele organismo dentro da linha de combate à inflação de quase 130% nos últimos doze meses. O assunto continuará sendo encaminhado através do Congresso, por intermédio da Emenda Jutahy Magalhães que vem despertando tanto interesse durante as reuniões com a missão no Palácio do Planalto.

Finalmente, Aureliano herdará um importante trunfo: o Brasil já garantiu no primeiro semestre praticamente a metade do superávit comercial de US\$ 6 bilhões que prometeu à comunidade financeira para este ano, e tudo indica que poderá ultrapassar esta meta caso as exportações continuem aumentando e, agora, caso a paralisação de refinarias não seja usada como desculpa para o País aumentar novamente as importações de petróleo.